

“NÃO É PORQUE ELA É ANGOLANA QUE NÃO PODE SER MUÇULMANA” conversão e islamofobia em Angola

Heloisa Maria Paes de Souza²⁶
Gabriel de Souza Maia²⁷

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar os impactos experimentados por angolanas convertidas ao islã na Província de Luanda (Angola) a partir da perspectiva da islamofobia e suas derivações. Parte-se da concepção de que a conversão religiosa é um processo de passagem cultural entre diferentes tradições religiosas, no caso, do cristianismo para o islã. As narrativas de muçulmanas convertidas foram coletadas em entrevistas e conversas informais entre os anos de 2016 e 2018, onde percebe-se que o processo da conversão é vivenciado em um contexto islamofóbico, agravado por discursos e práticas de governos e mídias do Norte Global que, em parte, são reproduzidos em países do Sul Global. Verifica-se que em Angola a islamofobia é praticada pelo Estado e por integrantes da sociedade local, tendo como foco principal muçulmanas que usam o *hijab* em seu cotidiano, sendo que as muçulmanas convertidas são parte significativa desse grupo. Conclui-se que essas mulheres entendem que a opressão das quais são vítimas não se dá pela religião, mas é fruto da discriminação, pois no imaginário angolano, o islã é uma religião estrangeira, avessa à cultura nacional.

Palavras-chave: Islamofobia; Mulheres Muçulmanas; Conversão Religiosa; Angola.

²⁶ Doutora em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA), professora aposentada do Ministério da Defesa (Comando da Aeronáutica). Currículo Lattes: < <http://lattes.cnpq.br/9493556594668625> >. E-mail: heloisapaesdesouza@gmail.com.

²⁷ Graduando em Ciências Sociais (UFPA). Currículo Lattes: < <http://lattes.cnpq.br/6955159719214994> >. E-mail: gabrielsouzamaia99@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é produto da pesquisa de doutorado realizada pela primeira autora entre os anos de 2016 e 2018 na Província de Luanda, centro político e econômico de Angola, país da África Central, antiga colônia portuguesa, cuja tradição religiosa principal é o cristianismo, dividido em subtradições, com maioria católica. O país vivenciou duas longas guerras nas últimas seis décadas: a primeira, a Guerra de Libertação (1961-1975) e, a segunda, a Guerra Civil (1975-2002), onde os grupos que lutaram pelo fim da colonização disputaram o controle da nova nação, que efetivamente passou às mãos do MPLA (Movimento Pela Libertação de Angola) até o presente.

As narrativas colhidas por meio de entrevistas e conversas informais com angolanas convertidas ao islã e líderes muçulmanos locais foram revistas pelos autores, visando os discursos e práticas discriminatórias das quais a comunidade muçulmana local tem sido vítima. Nesse quadro, constata-se a islamofobia, especialmente a hijabofobia, que atinge também as angolanas convertidas.

Entende-se que a conversão é um processo cultural por tratar-se do ingresso em outra tradição religiosa, no caso desse texto, do cristianismo para o islã (Rambo 1993; Thangaraj 2005). Na conversão religiosa, o processo educativo pelo qual passa o indivíduo reconfigura sua identidade e afeta, em algum nível, as relações que mantém em sociedade.

O artigo está dividido em quatro partes, contando esta introdução como a primeira e as considerações finais como a última. Na segunda parte, argumenta-se que a conversão religiosa implica a internalização de uma nova cosmovisão, reconfigurando a identidade da pessoa convertida: a relação consigo, o Sagrado e outros seres. Na terceira parte, identificam-se discursos e práticas islamofóbicas produzidas pelas mídias e governos do Norte Global e sua influência na política interna e sociedade angolana e destacam-se, nas narrativas, exemplos de islamofobia.

2. CONVERSÃO RELIGIOSA E RECONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE

Para Schmitt (2014:31-33), “(...) as palavras que, em nossas línguas falam do religioso, foram forjadas por uma tradição religiosa única (a cristã) e, portanto, não poderiam convir *a priori* à compreensão de tradições completamente diferentes.” Esse é o caso da conversão ao islã, posto que, enquanto no cristianismo converter-se ou ser convertido tem o sentido de arrependimento e mudança de vida, na fé islâmica tem o sentido de retorno à condição natural, isto é, aquela de nascença, de submissão ou entrega voluntária à vontade de Deus, o que caracteriza mudança.

Na perspectiva de acadêmicos como Rambo (1993) e Austin-Bross (2003), entre outros, a conversão é

um processo de mudança, que não se resume à um evento único, particular. Ela é processual e contextual, influenciada por relações sociais, expectativas, desejos e situações diversas que envolve a mudança para um novo sistema de crenças, modificando a maneira como a pessoa se relaciona com o sagrado e o mundo. Ser convertido (a) é, portanto, reconstruir, reconfigurar a identidade, através do aprendizado, do reordenamento de si e reorientação da vida. Após um determinado evento inicial, a pessoa convertida continua o processo de mudança que não tem tempo (...) para chegar ao fim. (Souza 2017:2).

Quando se pensa o fenômeno religioso no Brasil e em “sociedades ocidentais”, são-lhe associadas características como pluralidade e liberdade religiosa, visto que há uma espécie de consenso de que cada pessoa tem o direito de fazer suas próprias escolhas. Todavia, na prática, iniciar um processo de conversão não é tarefa fácil para quem se converte e as pessoas envolvidas direta ou indiretamente, pois tradições e valores familiares, culturais, políticos, além das emoções, podem ser envolvidos e, principalmente, ter consequências inesperadas e impactantes, sejam positivas ou negativas. Assim, conversão religiosa não é só uma questão sobre a fé particular, pois além de envolver a reconfiguração identitária, em certos contextos, pode representar um ato político, de resistência e afirmação.

Em 2017, Fadilah (convertida em 1999) foi convidada a participar de um programa televisivo muito prestigiado nas manhãs angolanas. O tema a ser abordado seria o dos “choques culturais” existentes na sociedade angolana. Além dela, participaram um dos principais articuladores políticos entre a comunidade muçulmana e o governo, no processo

de reconhecimento jurídico do islã em Angola e um sociólogo cristão. Quando perguntaram-lhe sobre os possíveis choques entre a cultura nacional e o islã, respondeu que ocorre pela falta de conhecimento e os estereótipos associados à religião islâmica. Na ocasião, afirmou que, quando tornou-se muçulmana, passou por um processo de reconfiguração de sua identidade e generalizou sua experiência, concluindo: “a identidade da muçulmana angolana é constituída por 85% da cultura islâmica e 15% da cultura angolana”. Sua fala causou certo mal-estar, pois, afinal, de qual lado estaria a lealdade das pessoas muçulmanas, especialmente das angolanas? Ao lado da “nação angolana” ou ao lado do islã, presente no imaginário popular como inimigo dos valores conservadores liberais e cristãos?

Candau (2016:9), ao discutir a questão da “identidade”, afirma que é “uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o Outro.” E continua, “(...) pode ser um estado; uma representação (eu tenho uma ideia de quem sou); um conceito (o de identidade individual).” Gomes (2011:158-159), um estudioso da conversão religiosa, entende que ela modifica as relações sociais que acabam por influenciar diretamente na identidade do indivíduo. Bourque (2006:233-249), estudiosa do processo de conversão ao islã, infere que existem questões relacionadas à identidade que muitas vezes são negligenciadas por pesquisadores, pois a conversão à fé muçulmana requer mudança de identidade religiosa, renegociação das identidades sociais, de gênero, assim como nacionais e o aprendizado de como ser muçulmano e muçulmana em sociedades onde são uma minoria – e, completar-se-ia, que são vítimas de islamofobia.

3. ISLAMOFOBIA E SUAS DERIVAÇÕES

Denomina-se “islamofobia” a todo discurso de medo, hostilidade e práticas discriminatórias contra o islã e as pessoas muçulmanas que se agravou a partir do 11 de Setembro (Souza 2020), quando o governo estadunidense declarou a “Guerra ao Terror”. Geralmente, à islamofobia estão associados o racismo e a xenofobia.

De acordo com Mendelski (2018), a islamofobia em países do Norte Global, como a França e a Alemanha, está sendo institucionalizada de forma progressiva através de um

estranho vínculo entre liberais e iliberais (grupos da Extrema-direita). Os primeiros colocam os muçulmanos numa posição contrária aos valores do secularismo e da igualdade de gênero. O segundo grupo afirma que o islã é incompatível e inimigo dos valores cristãos-ocidentais. Nesses países, particularmente na França, a islamofobia é expressa tanto pelo poder público (declarações, pronunciamentos de representantes do governo e legislações que restringem direitos para os muçulmanos e muçulmanas) quanto na sociedade civil (através de ataques verbais, físicos e contra a propriedade). Essa representação hostil de discursos dividir-se-ia em dois eixos: o securitário (contra o terrorismo) e o identitário (fim do uso do *hijab*, visto como opressão às muçulmanas). Por fim, tais eixos produziriam dois grupos identitários em conflito: de um lado europeus (civilizados, seculares ou cristãos) e do outro os muçulmanos (vistos como terroristas e opressores das mulheres). Observa-se que essa dicotomia reproduz a fronteira entre “civilização” e “barbárie” – uns são humanos e, outros, sub-humanos.

Os discursos e práticas islamofóbicas presentes no Norte Global atingem as comunidades e indivíduos muçulmanos no Sul Global? E, em caso afirmativo, como isso acontece? Os países de maioria muçulmana estão no Sul Global, do qual também fazem parte países, cujas populações pertencem a outras tradições religiosas, como Angola, que é majoritariamente cristã.

Segundo o recenseamento, realizado em 2014, 79,2% da população angolana professa alguma subtradição cristã, sendo que a maioria declarou-se católica (romana). Contrastando com esse percentual, 0,4% são muçulmanos (as) (Instituto Nacional de Estatística 2016). As interlocutoras e interlocutores da pesquisa afirmaram que há ataques físicos, verbais e violação de propriedade contra indivíduos e grupos da comunidade, sendo que os (as) estrangeiros (as), que são maioria, não podem manifestar-se por recearem que seus vistos de residência e trabalho sejam cancelados.

O fato é que a comunidade muçulmana em Angola vive em um equilíbrio delicado, pois ainda não é reconhecida juridicamente, mas possui um número crescente de fiéis que frequentam mesquitas e centros islâmicos, cuja construção foi permitida por autoridades municipais e/ou provinciais fora do abrigo da lei. A comunidade é tolerada pelo Estado, pois sabe que nela há importantes membros que são empresários de médio e grande porte.

Isso não impediu que dirigentes do Instituto Nacional de Assuntos Religiosos advertissem, desde 2008, sobre o “perigo” de certas religiões, no território angolano, que tinham um caráter “destrutivo e desestabilizador” (Sampaio 2014:13-14; Lima & Oliveira 2015) e que o islã enquadrava-se nesse grupo, como um elemento estranho à cultura nacional, sendo associado ao terrorismo internacional e contra os direitos humanos das mulheres (Sampaio 2014). A esses discursos, seguiram-se as ações decorridas em 2013, quando o Ministério da Justiça, além de ter negado mais uma vez o requerimento para o reconhecimento legal do islã em Angola, no último trimestre daquele ano, interditou as principais mesquitas luandenses e mandou demolir outras tantas na capital e em diversas províncias. “As manchetes dos jornais internacionais afirmaram que Angola era o primeiro país no mundo a banir o islã de suas fronteiras” (Souza 2019: 95). A situação normalizou-se em fevereiro do ano seguinte e, desde então, novos conflitos e negociações continuam em andamento.

3.1 Islamofobia de gênero

Representações estereotipadas do islã e de pessoas muçulmanas eram evidentes em Angola no século XX. Fawzyia, que se converteu em 1987 juntamente com seu esposo (ela protestante e ele católico), relata que sua família recebeu a notícia de forma negativa. Segundo ela, seus pais disseram: “você não vai entrar naquela religião mágica (...), onde teve pessoas a morrer, não tem sorte.” Em outro relato, um líder religioso convertido nos anos 1970 afirmou que: “naquela época as pessoas diziam que o islã era uma religião de feiticeiros, que os imames (líderes religiosos) faziam sacrifícios para que chovesse, *pras* pessoas conseguirem um bom casamento ou um bom trabalho.”

No século XXI, devido a demonização do islã a partir dos discursos midiáticos e de governos ocidentais, outros estereótipos foram atribuídos ao islã e seus (suas) crentes e que passaram também a fazer parte do imaginário angolano: os homens muçulmanos seriam terroristas e as mulheres muçulmanas seriam submissas e oprimidas pelo patriarcado islâmico, obrigadas a usar o *hijab*, ideias que apontam para a islamofobia de gênero.

Não são os homens as maiores vítimas da islamofobia de gênero e, sim as muçulmanas que fazem uso do *hijab* cotidianamente, segundo lideranças da comunidade islâmica local. O *hijab* pode ser compreendido como um código de vestuário e comportamento prescrito para as mulheres no islã e, como ele não é monolítico, visto que expandiu-se por diferentes culturas e por elas foi afetado, existem diferentes interpretações do referido código que incluem as mais conservadoras (como a prescrição do uso do *niqab*, véu que encobre a cabeça e o rosto, deixando a mostra somente os olhos), até a mais comum, onde pratica-se o véu que deixa o rosto à mostra. De toda forma, o *hijab* é um sinal diacrítico, pois marca a identidade religiosa da muçulmana, embora, em muitas situações, essa mulher possa ser confundida como estrangeira em seu próprio país. Ranya, convertida em 2000, relatou a seguinte situação ocorrida em Viana (município da região metropolitana de Luanda):

uma vez veio um senhor e éramos três, eu e duas amigas senegalesas, e estávamos a conversar (dentro do transporte coletivo). Ele disse: ‘Essa senhora está a falar bem o português’. Elas disseram que eu era angolana. Ele disse: ‘Não pode! Ela é estrangeira!’ Elas disseram: ‘Não é porque ela é angolana que não pode ser muçulmana’.

3.2 Hijabofobia em Angola

A hijabofobia é um conjunto de “(...) atitudes discriminatórias ou emoções direcionadas às pessoas que usam o *hijab*” (Zain et al. 2018:3). Nesse grupo, destacam-se as muçulmanas angolanas convertidas, uma parcela significativa da comunidade e que, muitas vezes, são as únicas muçulmanas em suas famílias ou vizinhança e que, no início do processo de conversão, ainda estão constituindo uma rede de apoio que lhes dê suporte diante de situações de intolerância e agressão.

De acordo com um ativista muçulmano:

As muçulmanas angolanas são, na sua maioria, estudantes e funcionárias em instituições públicas e privadas (...) são as que estão mais expostas devido suas atividades diárias, particularmente as convertidas solteiras em famílias totalmente não muçulmanas. São essas (angolanas) as mais visíveis e expostas socialmente e, conseqüentemente, são as que mais veem sua manifestação religiosa (o uso do *hijab*) questionada por familiares, amigos, colegas de serviço ou escola, ou mesmo quando solicitam serviços públicos, principalmente os serviços de identificação civil. Não são poucos os relatos que colocam em causa o seu véu por parte dos funcionários dessas instituições. O Islam é ainda muito estranho diante de um povo como o meu. Daí existirem muitas questões e especulações. E nisso, são as

muçulmanas angolanas que às vezes chegam mesmo a serem agredidas por seus familiares.

Mumina (convertida em 2004) e Fadilah trabalharam na área da saúde, a primeira como técnica em enfermagem e a segunda como paramédica e parteira. Ambas desistiram de trabalhar na área, sendo o motivo principal a recusa de seus chefes imediatos de que usassem véu. Outras convertidas, como Habiba (convertida em 2011), que trabalhou como caixa em um supermercado até casar-se, usava turbante para esconder os cabelos. Assim como ela, outras muçulmanas adaptam seu vestuário à situação para manterem-se empregadas. O discurso de Fadilah sobre a situação envolvendo o *hijab*, traz uma perspectiva nativa da opressão sobre as mulheres.

Todas as muçulmanas que eu conheço, que estão inseridas nos programas de saúde ou nos ministérios da saúde ou do interior, tipo polícia, defesa (...) todas tiram o *hijab*. (...) Usam fora do trabalho. Mas, dentro da instituição lhes é proibido usar o *hijab*. Isso entende-se como uma opressão. Porque tu tens o poder de escolha e você escolheu ser assim, escolheste usar o *hijab*, mas as pessoas te oprimem a não usá-lo (...) primeiro isso é errado, porque no que diz respeito à Constituição este é um país laico. Isso é um crime ao direito do cidadão porque eu tenho o direito de escolher a religião (...). Nos sentimos oprimidas, é uma opressão!

Pode-se afirmar que a perspectiva de Fadilah invoca uma opressão social e não da religião. Embora não haja uma imposição do Estado sobre o uso do *hijab* no espaço público, como na França, há um silêncio conivente com tal situação por parte de integrantes de órgãos governamentais e a sociedade em geral.

A saída para esse problema pode ser encontrada na fala de Fawzyia, jornalista que há mais de três décadas atua em programas televisivos veiculados em uma das línguas nacionais – o *kikongo*. Quando foi questionada se já havia sido alvo de preconceito por ser uma figura pública e muçulmana, respondeu que recebeu muitos ataques à sua religião e ao *hijab*. Comentou sobre discussões com padres, pastores e pessoas que professam confissões cristãs. A quebra dos estereótipos relacionados ao islã e aos muçulmanos, segundo ela, passa pelo conhecimento que deve fundamentar qualquer argumentação. Assim, o conhecimento, especialmente sobre o islã, é um instrumento de autodefesa e faz-se presente nas narrativas de interlocutoras como a própria Fawzyia, Fadilah e Ranya, assim como Mariam (convertida em 2007), que afirma: “é preciso estar preparada, pois há ataques que são comuns. As pessoas

falam sobre nossas roupas, sobre poligamia, acham que somos proibidas de estudar, de trabalhar fora, acreditam que adoramos outro deus e que abominamos Jesus e os cristãos.”

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pessoa em processo de conversão religiosa encontra-se numa posição fronteiriça, entre dois mundos: o meio no qual foi socializada e a tradição religiosa na qual se insere. Com o avançar do processo e a internalização da nova cosmovisão, reinventa-se como sujeito. No caso das angolanas convertidas ao islã, isso se destaca de diferentes formas: a escolha de um novo nome (muçulmano), a adoção do *hijab* como código de comportamento e vestimenta e o conhecimento adquirido que também serve como autodefesa no contexto islamofóbico no qual vive.

Percebe-se que a adoção do *hijab* é um importante nó da questão. Enquanto a sociedade angolana o rejeita, por conta da estética associada ao “Outro” (o inimigo), para as muçulmanas convertidas ele faz parte da submissão à Deus, sendo um símbolo de resistência à opressão social e aos padrões estéticos e comportamentais oriundos do Norte Global.

Usar o *hijab*, portanto, pode ser um ato político, uma maneira de expressar a identidade reconfigurada/ressignificada do ser mulher muçulmana e angolana, que possui direitos, embora, no aspecto religioso, não sejam salvaguardados pelo Estado angolano.

Referências

- Austin-Bross, D. 2003. The Anthropology of Conversion: An Introduction. In *The Anthropology of Religious Conversion*. Editado por Bckser, A., Glazier, S. D., pp. 1-12. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.
- Bourque, N. 2006. How Deborah became Aisha: the conversion process and creation of female muslim identity. In *Women embracing Islam: gender, conversion in the West*. Editado por Nieuwkerk, K. Van, pp.23-29. Austin: University of Texas Press.
- Candau, J. 2005. *Antropologia da Memória*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gomes, A. M. de A. 2011. Um estudo sobre a conversão religiosa no protestantismo histórico e na psicologia social da religião. *Revista Ciências da Religião – História e Sociedade*. 9(2):149-174. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

- Instituto Nacional de Estatística. 2016. *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- Lima, K. J. M. de, Oliveira, I. de M. 2015. Experiências de controle estatal das religiões no Brasil e em Angola. *Interfaces Científicas - Direito*. 3(3):23-34. DOI 10.17564/2316-381X.2015v3n3p23-34.
- Mendelski, B. 2018. Articulações liberais e iliberais da islamofobia na Alemanha e na França. *Revista Novos Rumos Sociológicos*. 6(10):381-415. DOI 10.15210/NORUS.V6I10.14155.
- Rambo, L. R. 1993. *Understanding the Religious Conversion*. Londres: Yale University.
- Sampaio, C. A. M. 2014. Conosco e Contra Eles? : a Igreja Universal do Reino de Deus, Estado e a demolição de templos islâmicos na “reconstrução nacional” de Angola in *Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia.
- Schmitt, J. 2014. *O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: ensaios de antropologia medieval*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Souza, H. M. P. 2017. Mulheres e conversão ao Islam em Angola. In *Anais do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Souza, H. M. P. 2019. “Como estrangeira em minha terra”: conversão de mulheres ao Islã na Província de Luanda (Angola). Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém.
- Souza, B. M. 2020. A islamofobia na França: um estudo de caso (1996-2019). Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília.
- Thangaraj, M. T. 2005. Defining religious conversion, in *Religious Conversion: religion scholars thinking together*. Editado por Premawardhana, S. , pp.21-32. Chichester: Wiley Blackwell.
- Zain, M., Hassan, N. R. e Finieli, S. T. 2018. Hijabophobia: A Closed Eye Challenge towards Muslim Friendly Hospitality Services in Malaysia. *Malaysian Journal of Syariah and Law*. 6(3): 1-9. DOI 10.33102/mjssl.